

Perdas exigem arrecadação maior

BRASÍLIA — O esforço que o governo terá que fazer para aumentar sua receita no próximo ano e compensar as perdas decorrentes da reforma tributária definida pela Constituinte é de 1,25% do PIB. Este valor é resultado das metas de déficit fixadas para cada um dos orçamentos com que trabalha o governo — o Orçamento Geral da União (OGU), o do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), o das estatais, além das transferências de recursos para

estados e municípios — quando comparadas à redução realmente realizada.

Os técnicos haviam definido como meta um déficit no Orçamento Geral da União de 1% do PIB e mais 1% distribuído pelos orçamentos restantes. Porém, quando foi concluído o Orçamento de 1989 verificou-se que somente nele o déficit chegava a 2,5% do PIB. Para se obter, portanto, o déficit de 1% programado neste orçamento e, portanto, os 2% globais, foi definido um esforço adicional de arrecadação de 1,25%.

A distribuição do sacrifício para garantir a meta de 2% de déficit global, no entanto, terá uma margem de manobra. O governo joga com a possibilidade de trabalhar com orçamentos gerados (equilibrados) tanto no caso do Sinpas como das transferências para estados e municípios. Nesta hipótese, estes já teriam em caixa os recursos suficientes para o próximo exercício, a partir da reforma tributária ditada pela Constituinte. O esforço de contenção sobre as estatais seria aliviado, neste caso.